v.2, n.2 maio/ ago. 2024

2024

BOLETIM SOCIAL

Cor e raça: desigualdades sociais no contexto piauiense

RESUMO 02

APRESENTAÇÃO 03

1 NOTA METODOLÓGICA 04

2 DESIGUALDADE SOCIAL POR COR E RAÇA 06

3 POPULAÇÃO PIAUIENSE POR COR E RAÇA: ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS 10

3.1 População 11

3.2 Educação 12

3.3 Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda 17

3.4 Violência 19

3.5 Representação Política 21

4 PONDERAÇÕES 24

REFERÊNCIAS 27

CEPRO SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO SEPLAN

GOVERNO DO PIAUÍ AQUI TEM TRABALHO. AQUI TEM FUTURO.

Governo do Estado do Piauí
Rafael Tajra Fonteles

Secretaria de Estado do Planejamento
Washington Luís de Sousa Bonfim

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Participativo (CEPRO)
Cíntia Bartz Machado

Diretoria de Estudos Sociais e Ambientais (DESA)
Liége de Souza Moura

Gerência de Estudos Sociais (GES)
Lara Danuta da Silva Amaral Gomes

Equipe de Elaboração
Lara Danuta da Silva Amaral Gomes
Francisco Robert Bandeira Gomes da Silva
Maria do Socorro Nascimento
Antônio Alberto Ibiapina Costa Filho (Estatístico)
Geysivan Campos Sampaio (Estatístico)
Leonardo de Castro Araújo (Estagiário)

Setor de Publicações
Luciana Maura Sales de Sousa
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

Normalização
Adriana Melo Lima

Capa e diagramação
Pedro Henrique Soares da Silva

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Adriana Melo Lima CRB-13/842

Boletim Social – Cor e raça : desigualdades sociais no contexto piauiense [recurso eletrônico] / Superintendência CEPRO/SEPLAN – Teresina: CEPRO/SEPLAN, 2024.

27 p. il. color. ; v.2, n. 2 (maio./ago. 2024)
Os Boletins, nos anos de 2020 a 2022, tiveram outro formato de publicação.

1. Socioeconomia - Piauí. 2. População negra. 3. Desigualdade social – cor. I. Título.

CDU 338:[177.5:572.96](812.2)

Contato
SUPERINTENDÊNCIA CEPRO/SEPLAN
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS
Av. Miguel Rosa, 3190/Centro Sul – CEP 64001-490 – Teresina-PI
Telefone: 0xx86 3221-4809, 3215-4252 – Ramal: 21/22
Email: assessoria.cepro@seplan.pi.gov.br – Sítio: www.cepro.pi.gov.br

RESUMO

O Boletim Social - Cor e Raça: desigualdades sociais no contexto piauiense, é uma publicação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento Estratégico (CEPRO) da Secretaria do Estado do Planejamento (SEPLAN-PI), que tem como objetivo analisar comparativamente as condições socioeconômicas da população negra e não negra no Piauí. Metodologicamente a publicação traz uma análise quantitativa de indicadores dividida em quatro temáticas principais: População, Educação, Mercado de Trabalho e Renda, Violência e Representação Política. A análise dos dados tornam evidentes desigualdades socioeconômicas entre as populações autodeclaradas pretas e pardas em comparação com a população branca. O estudo pode ser utilizado para identificar o nível das desigualdades sociais por cor ou raça. Além disso, pode contribuir para a formulação ou mesmo aprimoramento de políticas públicas, o aumento da conscientização sobre o racismo e o apoio ao empoderamento da população negra.

APRESENTAÇÃO

O presente Boletim Social tem como objetivo analisar comparativamente as condições socioeconômicas da população negra e não negra no Piauí. Essa análise se faz relevante para identificar o nível das desigualdades sociais por cor ou raça. Além disso, essa abordagem pode contribuir para a formulação ou mesmo aprimoramento de políticas públicas, aumentar a conscientização sobre o racismo e apoiar ao empoderamento da população negra, promovendo assim uma sociedade mais justa e inclusiva.

No contexto das desigualdades sociais, amplamente discutido em nível global, a busca por uma sociedade mais equitativa tem sido um esforço de diversas nações. Um exemplo desse compromisso são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Por meio da Agenda 2030, esses objetivos visam promover a inclusão de um número crescente de pessoas em um mundo mais desenvolvido e sustentável.

Dentre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destaca-se o ODS 10 relacionado à redução das desigualdades. O referido ODS apresenta inúmeras metas referentes ao tema, incluindo a meta 10.2, que propõe, até 2030, "empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra" (ONU, 2020).

Em 2023, o Brasil adotou de forma voluntária o décimo oitavo objetivo, o "ODS18 Igualdade Racial", tendo como principal razão a eliminação do racismo e da discriminação étnico-racial em todas as formas, contra os povos indígenas e afrodescendentes (Brasil, 2024). O ODS 18, no Brasil, resultou de diversas discussões e estudos sob a liderança do Ministério da Igualdade Racial, do Ministério dos Povos Indígenas e da Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(CNODS), contando com a representação tanto do governo quanto da sociedade civil.

Os ODS 10 e 18 priorizam o desenvolvimento sustentável considerando o aspecto étnico-racial, tendo em vista que este é um importante marcador social para o debate sobre a desigualdade. Portanto, essa abordagem assume relevância ao considerar que, historicamente, a população negra no Brasil tem enfrentado uma situação de vulnerabilidade social acentuada.

Aprofundando a discussão para o nível subnacional, destaca-se que, no Piauí, de acordo com dados do Censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 77% da população é composta por pessoas negras, isto é, autodeclarados de cor ou raça preta ou parda. Esse dado evidencia a importância da análise e indicadores sociais com dados desagregados por cor ou raça.

Para compreender comparativamente as condições socioeconômicas da população negra e não negra, o presente Boletim Social aborda quatro temáticas principais: População, Educação, Mercado de Trabalho e Renda, Violência e Representação Política.

1 NOTA METODOLÓGICA

O presente estudo é de natureza quantitativa e consiste em uma análise comparativa entre dados numéricos da população negra e da população não negra. A técnica utilizada é a descrição de frequência de indicadores relacionados a temas como Educação, Mercado de Trabalho e Renda, Violência e Participação Política. Os indicadores foram selecionados com base em uma lógica territorial, abrangendo o Piauí, a Região Nordeste e o Brasil. Esse recorte espacial visa, primeiramente, compreender a realidade do Piauí e compará-la com a realidade regional e nacional.

Para compreender as condições socioeconômicas da população negra e da população não negra, é essencial, primeiramente, realizar um levantamento dessas populações. Isso possibilitará a identificação das

disparidades entre os grupos em termos populacionais. Essa análise foi viabilizada pelos dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE.

No que tange ao tema da Educação, foram selecionados os seguintes indicadores: a) taxa de analfabetismo; b) número de anos de estudo; c) porcentagem de jovens (15 a 29 anos) que não trabalham e nem estudam; e, d) distribuição percentual de pessoas com 25 anos ou mais que possuem Ensino Superior. A escolha desses indicadores visa compreender as desigualdades educacionais e de oportunidades entre a população negra e não negra.

A taxa de analfabetismo fornece uma visão clara do acesso à educação básica, enquanto o número de anos de estudo reflete a continuidade da educação recebida. A porcentagem de jovens de 15 a 29 anos que não trabalham nem estudam é um indicador de inserção desses jovens, seja nas escolas, seja no mercado de trabalho, o que representa um quadro geral de oportunidades disponíveis para eles. Por fim, a distribuição percentual de pessoas com 25 anos ou mais que possuem ensino superior é um indicativo do nível de qualificação da população, essencial para avaliar as chances de mobilidade social e econômica. Juntos, esses indicadores oferecem uma visão abrangente das condições socioeconômicas e das barreiras enfrentadas por diferentes grupos populacionais.

Em relação ao Mercado de Trabalho e Renda, foram analisados os seguintes indicadores: a) rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, de todos os trabalhos, a preços médios do último ano; e b) pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência com rendimento. O rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência fornece uma visão clara da remuneração que cada grupo recebe por seu trabalho, permitindo identificar desigualdades salariais. Além disso, o indicador que conta o número de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas na semana de referência com rendimento mostra a taxa de participação da população no mercado de

trabalho. Juntos, esses indicadores ajudam a entender não apenas a situação econômica de cada grupo, mas também as oportunidades de emprego e as condições de vida, revelando as barreiras que a população negra pode enfrentar em comparação com a população não negra.

Sobre a tema da Violência, observou-se a Taxa de Homicídios de Negros e Não Negros por 100 mil habitantes. As informações sobre esse tema são oriundas do Atlas da Violência 2024, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Esse indicador permite comparar diretamente a vulnerabilidade de cada grupo à criminalidade, evidenciando as disparidades nas taxas de homicídios. Ao analisar esses dados, é possível identificar padrões de violência que afetam desproporcionalmente a população negra, refletindo questões mais amplas de injustiça social, discriminação e marginalização.

Por fim, no item Participação Política, foram analisados os números de candidatos e eleitos nas duas últimas eleições nos níveis municipal, estadual e federal, por cor ou raça. Os dados analisados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esses indicadores permitem analisar a participação da população negra nos processos eleitorais, tanto como candidatos quanto como eleitos, evidenciando possíveis desigualdades na representação política. Ao comparar esses números, é possível identificar barreiras que a população negra enfrenta para acessar cargos públicos e participar ativamente da política.

2 DESIGUALDADE SOCIAL POR COR E RAÇA

A desigualdade social relacionada à cor ou raça no Brasil é amplamente reconhecida por estudos especializados, sejam eles qualitativos ou quantitativos (Panta; Silva, 2024; CEPRO, 2023; Osório, 2021; 2003; IBGE, 2023; 2022; Munanga, 2004). O desequilíbrio social relacionado à cor ou raça pode ser observado em várias áreas da sociedade, como educação, mercado de trabalho, representação política e segurança pública.

A análise da desigualdade social em relação à cor ou raça revela um cenário preocupante. Estudos mostram que, embora a maioria da população brasileira seja composta por pessoas negras, as oportunidades estão concentradas em uma minoria, predominantemente formada por pessoas não negras. Em contrapartida, a população negra frequentemente enfrenta condições mais adversas, como um menor acesso aos empregos e à educação de qualidade. Essa situação evidencia uma desigualdade racial no Brasil, destacando como a cor ou raça impacta diretamente nas chances de sucesso e bem-estar na sociedade (Panta; Silva, 2024; CEPRO, 2023; Osório, 2021; 2003; IBGE, 2023; 2022; Munanga, 2004).

Reafirmada pela literatura especializada, a presença da desigualdade social por cor ou raça no Brasil torna-se ainda mais clara ao se compreender o conceito de população negra. Essa compreensão é fundamental para entender a natureza e as dimensões da desigualdade racial existente no país. No Brasil, a conceituação do que é uma pessoa negra é uma questão complexa. Em um país que historicamente valorizou o branqueamento, há uma fragilização da identidade racial na sociedade.

A identidade negra assume um caráter relacional de acordo com Munanga (2004), isto significa dizer que o entendimento sobre raça pode variar de acordo com o local em que se encontra. No Brasil, é comumente utilizado o quesito da autodeclaração, assim pessoas que carregam características fenótipas ou que se identificam com a cultura afro-brasileira são considerados negras. Isso se deve, em boa parte, à construção social e histórica aqui estabelecida. Já nos EUA, considera-se para além dos fenótipos e identificação cultural, o fator genético; assim qualquer descendente de negro pode ser considerado negro.

Na sociedade brasileira, isso se torna ainda mais complexo, a exemplo de quando se discute políticas de ação afirmativa, como as cotas. A noção de afrodescendente também surge, criada para promover a unidade entre pessoas negras e pardas. Estudos genéticos revelam que muitos brasileiros,

que parecem brancos, têm ascendência africana, tornando a identificação como afrodescendente uma escolha política (Munanga, 1999; 2004).

Ser uma pessoa negra carrega diversos significados, resultantes da escolha de uma identidade racial com raízes na ancestralidade africana. Em outras palavras, ser uma pessoa negra é, fundamentalmente, uma postura política que envolve a afirmação da identidade racial negra (Oliveira, 2004).

Para fins de estudos demográficos, a classificação racial adotada pelo IBGE, concebida oficialmente desde 1991, baseia-se essencialmente na autodeclaração. Isso significa que a pessoa escolhe, entre cinco opções (branco, preto, pardo, amarelo e indígena), em qual delas se encaixa. Como toda classificação racial é arbitrária e não isenta de críticas, a do IBGE também apresenta limitações desde 1940, quando foi registrada pela primeira vez. Embora raça não seja uma categoria biológica, as classificações raciais sempre terão suas limitações. No entanto, os dados coletados pelo IBGE são extremamente valiosos devido à sua abrangência nacional, o que possibilita a criação de padrões de comparação confiáveis (Oliveira, 2004; Osório, 2003).

O IBGE utiliza o "quesito cor" para classificar a cor da pele, com as categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Embora o termo indígena pudesse teoricamente se encaixar em amarelo (historicamente associado a populações de origem asiática), no contexto brasileiro, esta compreensão passa por uma dinâmica demográfica dos povos indígenas devido à sua história de dizimação. Além disso, é importante notar que, para fins demográficos, a população negra é composta pela soma das categorias preto e pardo (Oliveira, 2004). Vale destacar que, na terminologia, "preto" refere-se à cor e "negro" à raça, não havendo "cor negra", apenas cor preta (Oliveira, 2004; Moura, 2023).

Para verificar a afirmação de Oliveira (2004) sobre a utilização do conceito de população negra, foram consultadas duas publicações sobre a temática racial, uma do IBGE e outra do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Na publicação do IBGE "Desigualdades Sociais por Cor ou

Raça no Brasil", o instituto afirma que "as desigualdades raciais são importantes vetores de análise das desigualdades sociais no Brasil" (IBGE, 2022, p. 1). Na referida publicação, a palavra "negro" e suas flexões não foram mencionadas, porém, a aludida desigualdade racial é atribuída, principalmente, às desigualdades entre pessoas autodeclaradas brancas, de um lado, e pretas ou pardas, de outro.

O IPEA, por sua vez, editou a publicação "A Desigualdade Racial no Brasil nas Três Últimas Décadas", que diferentemente do exemplo anterior atribuído ao IBGE, menciona a palavra "negro" e algumas de suas flexões para estabelecer uma relação de desigualdade, a de brancos em relação aos negros (Osório, 2021). Porém, a análise realizada por Osório (2021) utiliza os dados da PNAD, o que significa que a terminologia "negro" utilizada na publicação editada pelo IPEA corresponde às pessoas autodeclararam pretas e pardas.

As terminologias negros e não negros, quando verificadas desde os estudos selecionados do IBGE e IPEA, referem-se às pessoas que se autodeclararam pretas e pardas. Em outras palavras, os estudos realizados por órgãos de estado conferem o status de raça negra a duas classificações de cor da pele. Essa constatação reforça a análise de Oliveira (2004) sobre a utilização do termo raça negra pelo IBGE, que se traduz na soma das categorias preto e pardo. Este também é o conceito utilizado no presente boletim.

A diferenciação entre negros e não negros é o primeiro recurso deste boletim para analisar as desigualdades raciais. A referência ao conceito do IBGE é recurso pragmático para a análise das informações coletadas pelo instituto em suas pesquisas, o que permite compreender a extensão das desigualdades raciais e, assim, expor o racismo e os desafios a serem enfrentados para alcançar o ODS 18. Essas desigualdades são exacerbadas pela prática do racismo, que, no Brasil, se sustenta em dois pilares principais: a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial. Embora esses conceitos tenham efeitos devastadores sobre a população negra,

evidenciados por diversos indicadores sociais que revelam profundas desigualdades entre pessoas negras e não negras, apresentam uma particularidade significativa. O racismo no Brasil se distingue pela sua negação, uma característica que torna a luta contra ele ainda mais desafiadora (Munanga, 1999; 2004; Panta; Silva, 2024).

A forma como o racismo se manifesta e é abordado no país dificulta o seu enfrentamento efetivo. Para isso, o levantamento e a análise de dados são essenciais para evidenciar a realidade e os possíveis efeitos das políticas na população negra.

3 POPULAÇÃO PIAUIENSE POR COR E RAÇA: ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

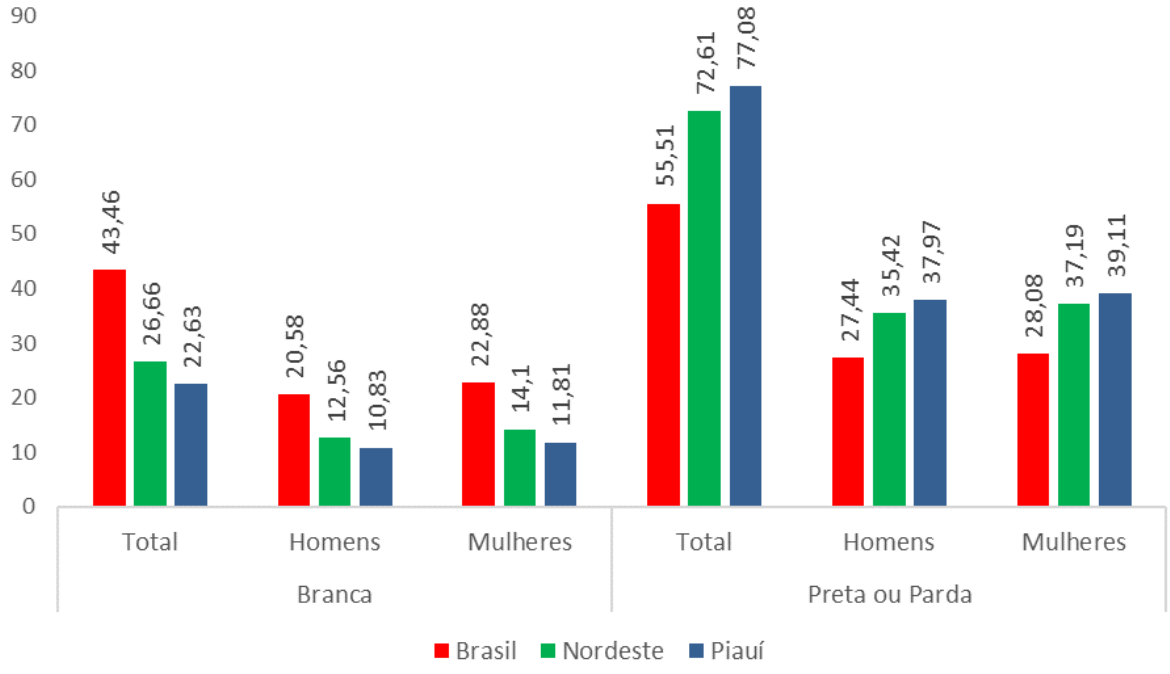
A desigualdade entre pessoas negras e não negras torna-se evidente quando comparamos indicadores sociais segmentados por cor ou raça. Essa análise é importante para compreender a magnitude da desigualdade, oferecendo evidências que podem ser utilizadas por gestores públicos na formulação de políticas públicas voltadas à redução dessas disparidades.

Para viabilizar essa análise foram selecionadas algumas dimensões. A primeira é a população, que permitirá verificar a disparidade entre pessoas negras e não negras. A segunda dimensão é a educação, que mostrará a desigualdade no acesso ao ensino. A terceira é o mercado de trabalho e a geração de renda, que ajudará a entender as desigualdades no acesso a ocupações e nos rendimentos. A quarta dimensão é a violência, que revelará quais grupos sofrem mais com determinados tipos de violência. Por último, a representação política permitirá observar qual grupo consegue converter mais candidatos em eleitos. Essas dimensões serão analisadas a seguir.

3.1 População

As pessoas que se identificam como pretas ou pardas representam a maior parte da população brasileira, especialmente nas regiões Nordeste e Piauí. Segundo o Censo Demográfico de 2022, 55,51% da população do Brasil se declarou negra (preta ou parda). Na Região Nordeste, esse número é ainda maior, atingindo 72,61%, e no Piauí, chega a 77,08% (Gráfico 1). Além disso, o Gráfico 1 mostra que as mulheres pretas ou pardas são a maioria em todos os três níveis territoriais analisados.

Gráfico 1- População branca, preta ou parda, segundo o sexo – Brasil, Nordeste e Piauí (2022)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2022). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024).

Compreender as proporções de pessoas negras e não negras em relação ao sexo é fundamental para avaliar a representatividade desses grupos na sociedade. Ao cruzar essa representatividade com indicadores sociais, podemos identificar as desigualdades enfrentadas por esses segmentos da população. A seguir, serão analisados indicadores relacionados à educação, mercado de trabalho, renda, violência e

participação política, que evidenciam a magnitude da desigualdade entre pessoas negras e não negras no Brasil, especialmente na Região Nordeste e no Piauí.

3.2 Educação

A educação é um dos instrumentos que possibilita a diminuição das desigualdades sociais, que promove a qualificação profissional e facilita o acesso ao mercado de trabalho, emprego e renda, resultando em uma melhor qualidade de vida. Dessa forma, os extratos da sociedade com maior acesso à educação possuem maiores chances de se posicionarem em relação ao acesso às oportunidades.

O primeiro indicador analisado é a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais. Essa taxa é calculada dividindo o número de pessoas nessa faixa etária que não sabem ler e escrever um recado simples no idioma que conhecem pelo total de pessoas dessa mesma faixa etária. A alfabetização é o meio em que as pessoas têm acesso inicial à leitura e escrita, necessários para compreender o mundo que as rodeia.

No Piauí, a população branca possui as menores taxas de analfabetismo, com 11,1%, enquanto as populações preta e parda enfrentam taxas mais altas, atingindo 13,8% cada uma. Além disso, a desigualdade de gênero é evidente, já que as mulheres apresentam taxas de analfabetismo inferiores às dos homens. No entanto, as taxas de analfabetismo entre mulheres pretas e pardas são superiores às das mulheres brancas, destacando uma complexa interseccionalidade entre raça e gênero (Tabela 1).

Tabela 1-Taxa de analfabetismo por cor ou raça, segundo o sexo - Piauí, Nordeste e Brasil (2023)

Cor ou raça	Piauí			Nordeste			Brasil		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Branca	13,4	9,0	11,1	10,4	8,2	9,2	3,3	3,4	3,4
Preta	14,3	13,2	13,8	13,5	11,0	12,2	7,6	7,0	7,3
Parda	15,2	12,4	13,8	13,4	10,3	11,8	7,8	6,9	7,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua -PNAD Contínua, 2023.
Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024).

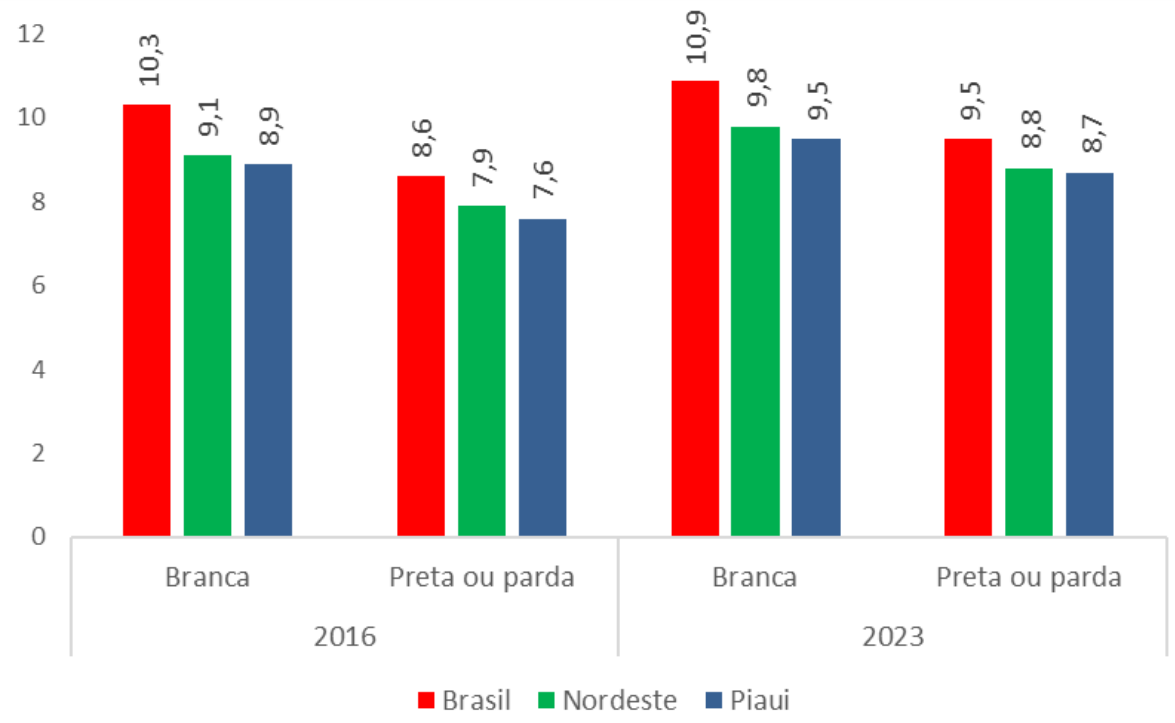
No Nordeste e no Brasil, assim como no Piauí, as maiores taxas de analfabetismo sempre recaem sobre as pessoas autodeclaradas pretas e pardas (Tabela 1). Dessa forma, pode-se afirmar que a taxa de analfabetismo entre a população negra é maior que à da população não negra, revelando uma desigualdade racial.

O número médio de anos de estudo é o segundo indicador da área da educação a ser analisado. O número médio de anos de estudo é calculado considerando a média de anos que a população de uma determinada área (país, estado, município etc.) passou em instituições de ensino. A PNAD Contínua iniciou a coleta e análises desse indicador no ano de 2016, sendo a última (até a publicação do presidente informe) em 2023. O número médio de anos de estudo é um indicador relevante, pois apresenta a quantidade de tempo que as pessoas têm, quanto maior é a média de anos de estudo de uma determinada parcela da sociedade, mais chances ela tem de ingressar no mercado de trabalho com maiores salários.

Ao comparar 2016 com 2023, observa-se um aumento no número de anos de estudo tanto para a população negra quanto para a não negra. No entanto, mesmo com esse avanço, a população branca ainda possui a maior média de anos de estudo em comparação à população negra (Gráfico 2). Nos três níveis territoriais analisados, apesar das desigualdades entre as pessoas brancas e pretas ou pardas, o Piauí destacou-se como a região com o maior crescimento no período. Em 2016, a média de anos de estudo para pessoas pretas ou pardas era de 7,6 anos, enquanto em 2023 essa média

subiu para 8,7 anos, representando um aumento de 1,1 ano de estudo (Gráfico 2).

Gráfico 2-Número médio de anos de estudo, segundo a cor ou raça - Brasil, Nordeste e Piauí (2023)



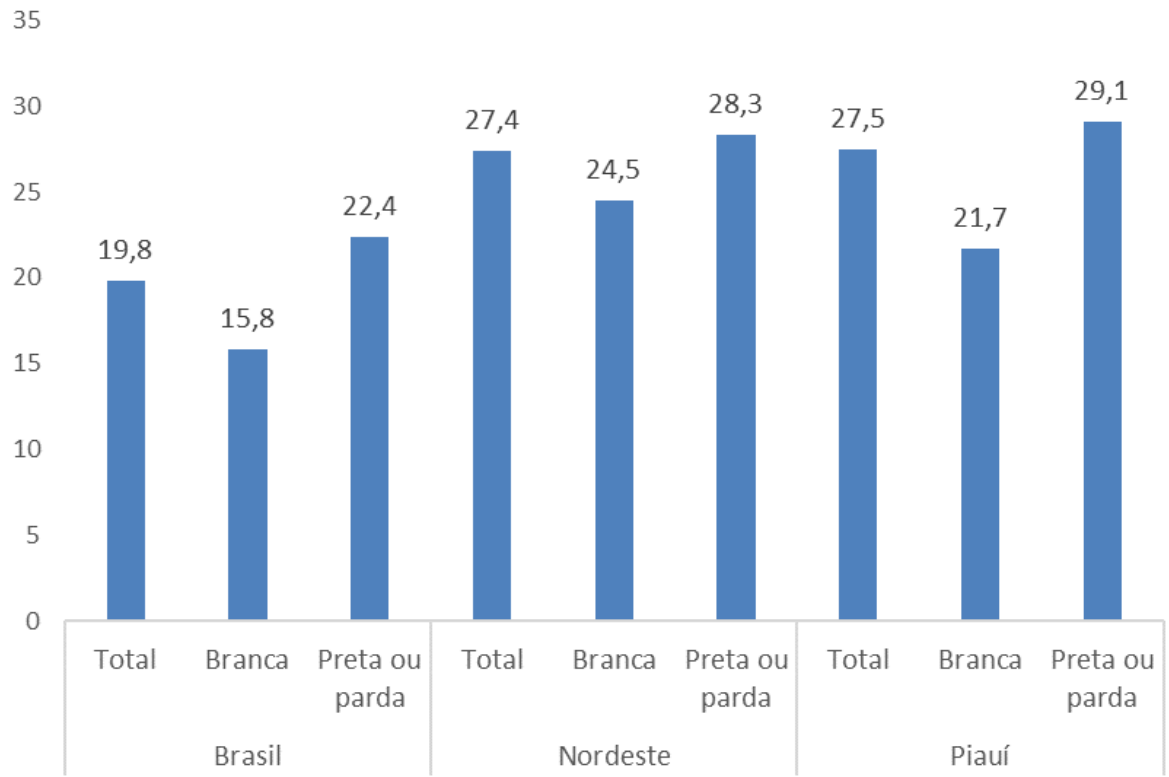
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua -PNAD Contínua, 2023.
Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024).

O terceiro indicador analisado é a proporção de pessoas de 15 a 29 anos de idade, por cor ou raça que não estão ocupadas e não frequentam a escola, nem cursos pré-vestibular, técnico de nível médio, normal (magistério) ou qualificação profissional. Esse indicador também é conhecido como os jovens sem-sem, sem estudo e sem trabalho. Os jovens sem-sem representam uma geração que enfrenta desafios significativos em um mundo em constante mudança. Eles lidam com a escassez de oportunidades de emprego e o acesso limitado à educação de qualidade, o que pode resultar em frustração e desmotivação. Essa realidade é agravada pela pressão social para se destacar em um ambiente cada vez mais competitivo. Além

disso, muitos jovens enfrentam incertezas sobre o futuro, impactando sua saúde mental e bem-estar.

A partir da análise do Gráfico 3, observa-se que 19,8% dos jovens brasileiros, 27,4% dos jovens do Nordeste e 27,5% dos jovens do Piauí não estão estudando nem trabalhando. Quando analisamos esses dados por cor ou raça, fica claro que a maioria dos jovens que se encontram nessa situação se autodeclara como pretos ou pardos. Isso indica que a falta de oportunidades afeta mais a população negra do que a população não negra, conforme expõe o Gráfico 3.

Gráfico 3-Porcentagem de jovens (15 a 29 anos) que não trabalham e nem estudam - Brasil, Nordeste e Piauí (2023)

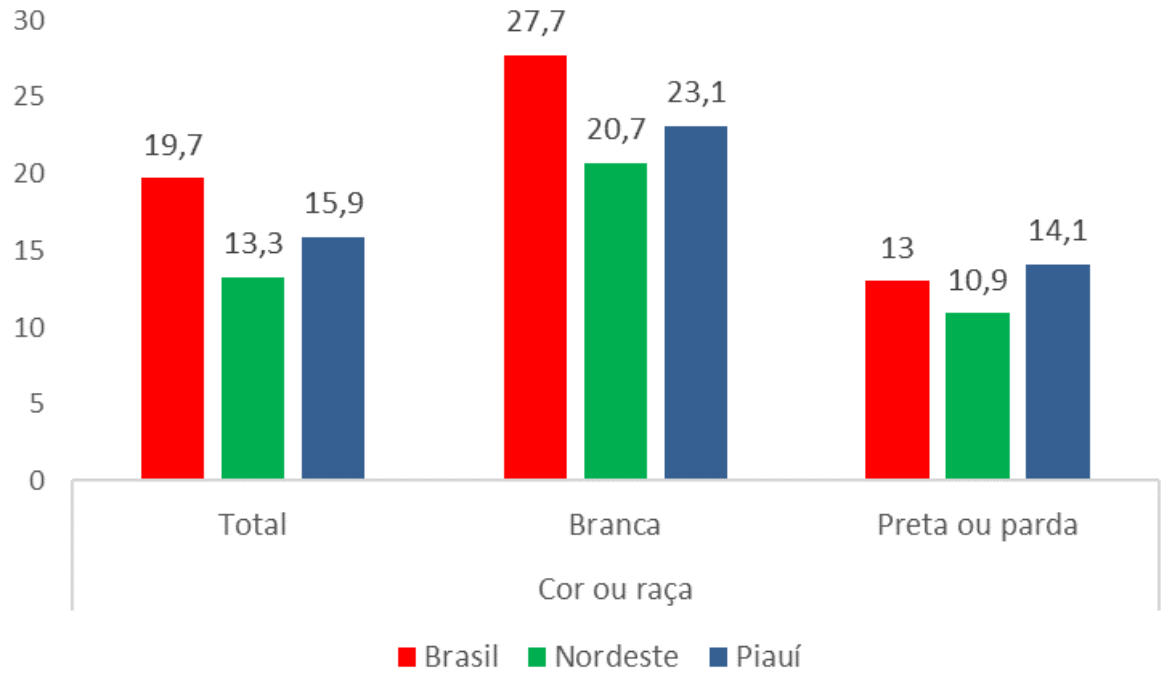


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD Contínua, 2023. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024).

O quarto indicador analisado é a distribuição percentual de pessoas com 25 anos ou mais que possuem Ensino Superior, classificada por cor ou raça. Esse indicador é calculado pela proporção de pessoas com Ensino

Superior em relação ao total, neste boletim, focando especificamente nos grupos de pessoas brancas e pretas ou pardas. Segundo os dados do Gráfico 4, apenas 19,7% dos brasileiros com 25 anos ou mais têm o ensino superior completo. No Nordeste, essa porcentagem cai para 13,3%, enquanto no Piauí é de 15,9%. Ao analisar os dados por cor ou raça, observa-se que a população negra apresenta a menor proporção de pessoas com 25 anos ou mais que completaram o Ensino Superior: apenas 13% no Brasil, 10,9% no Nordeste e 14,1% no Piauí.

Gráfico 4- Distribuição percentual de pessoas com 25 anos ou mais que possuem ensino superior - Brasil, Nordeste e Piauí (2023)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua-PNAD Contínua, 2023.
Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024).

3.3 Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda

A análise do rendimento médio mensal real das pessoas com 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência e com rendimento proveniente de todos os trabalhos, revela diferenças significativas entre os grupos de cor ou raça, conforme apresentado na Tabela 3. Para os dados históricos de Brasil, Nordeste e Piauí, observa-se que a população branca tende a apresentar rendimentos superiores em comparação com as populações preta e parda, embora ocorram variações ao longo dos anos.

No estado do Piauí, o rendimento médio mensal da população branca variou ao longo dos anos analisados. Em 2021, o rendimento médio foi de R$2.136, aumentando para R$2.683 em 2022 e alcançando R$3.536 em 2023. O rendimento médio mensal da população preta, que teve rendimentos inferiores aos da população branca, apresentou um crescimento gradual, passando de R$1.719 em 2021 para R$1.908 em 2022 e chegando a R$2.121 em 2023. A população parda, por sua vez, registrou um rendimento médio de R$1.483 em 2021, que subiu para R$1.683 em 2022 e alcançou R$1.962 em 2023 (Tabela 2).

Tabela 2- Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça - Brasil, Nordeste e Piauí

Nível geográfico	Período x Cor ou raça											
	2021				2022				2023			
	Total	Branca	Preta	Parda	Total	Branca	Preta	Parda	Total	Branca	Preta	Parda
Piauí	1635	2136	1719	1483	1939	2683	1908	1683	2304	3536	2121	1962
Nordeste	1879	2564	1585	1671	1812	2343	1623	1637	1991	2706	1679	1767
Brasil	2715	3511	1978	2034	2659	3377	2016	2056	2979	3847	2236	2271

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre.
Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024). Nota: Ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, de todos os trabalhos, a preços médios do último ano

A análise da distribuição percentual de pessoas com 14 anos ou mais, ocupadas na semana de referência com rendimento, revela que as variações percentuais entre cor ou raça foram relativamente pequenas no

Brasil, Nordeste e Piauí entre 2021 e 2023. No Piauí, a população parda manteve a maior participação percentual, com 70,1% em 2021, que diminuiu ligeiramente para 65,1% em 2022 e aumentou novamente para 65,8% em 2023. A população branca apresentou uma variação mais sutil, de 19% em 2021 para 20,5% em 2023. A população preta, embora com o menor percentual, demonstrou um crescimento leve, passando de 10,7% em 2021 para 13,4% em 2023 (Tabela 3).

No Nordeste, o padrão é um pouco distinto do observado no Piauí. A população parda também teve a maior participação, começando com 61,4% em 2021, diminuindo para 59,7% em 2022 e se reduzindo para 58,7% em 2023. A população branca aumentou sua participação percentual, passando de 24,1% em 2021 para 25,2% em 2023. A população preta, embora menor, teve um crescimento contínuo, subindo de 13,7% em 2021 para 14,9% em 2023 (Tabela 3).

Tabela 3- Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento, por cor ou raça (%)

Nível geográfico	Período x Cor ou raça								
	2021			2022			2023		
	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
Piauí	19	10,7	70,1	23	11,7	65,1	20,5	13,4	65,8
Nordeste	24,1	13,7	61,4	24,9	14,5	59,7	25,2	14,9	58,7
Brasil	45,2	10	43,7	44,8	11	43,1	43,9	11,7	43,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019 (acumulado de primeiras visitas), a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas). Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024).

No Brasil, a população branca teve a maior participação percentual ao longo dos anos, começando com 45,2% em 2021 e levemente diminuindo para 43,9% em 2023. A população parda apresentou uma participação relativamente estável, com 43,7% em 2021, 43,1% em 2022 e mantendo 43,1% em 2023. A população preta, apesar de ser a menor em termos percentuais, teve um pequeno aumento, passando de 10% em 2021 para 11,7% em 2023 (Tabela 3).

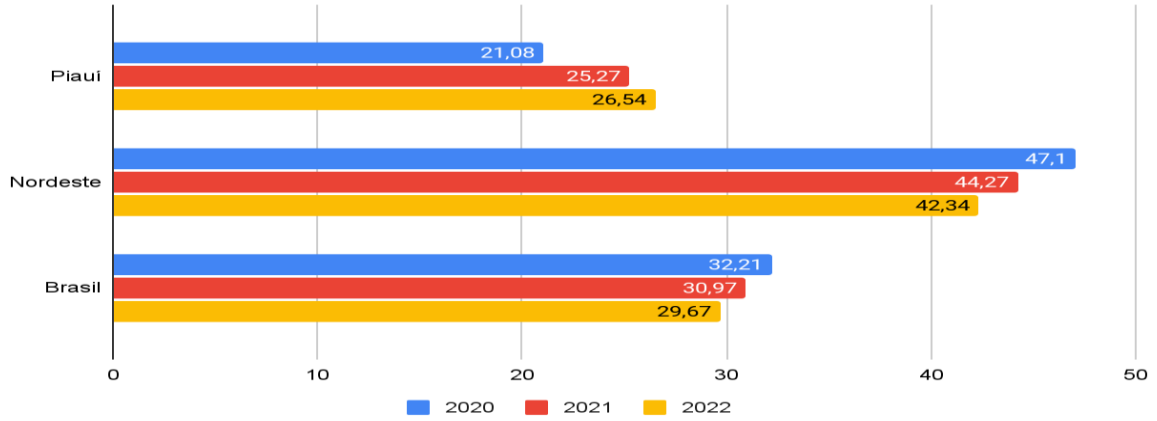
Essas tendências no Brasil contrastam com o que foi observado no Nordeste e no Piauí. Enquanto no Brasil a população branca domina a distribuição percentual, no Nordeste a população parda tem a maior participação, com uma redução gradual ao longo dos anos. No Piauí, a população parda também apresenta a maior participação percentual, mas com variações mais acentuadas ao longo do período analisado.

3.4 Violência

Para analisar a violência, foi escolhido o indicador de homicídios, em especial a taxa de homicídios por 100 mil habitantes. A taxa é calculada dividindo-se o número total de homicídios em um determinado período, geralmente um ano, pela população total da área em questão, como uma cidade, estado ou país, durante o mesmo período. Em seguida, o resultado dessa divisão é multiplicado por 100.000. Esse cálculo padroniza a incidência de homicídios, facilitando comparações entre diferentes regiões ou grupos populacionais.

Os dados do Atlas da Violência 2024, publicado pelo IPEA, mostram que a população negra é a mais afetada pela violência. A seguir, apresenta-se uma análise com base na referida publicação, com foco na taxa de homicídios entre negros e não negros (Gráficos 5 e 6). Dentre os anos de 2020 e 2022, no Piauí, observa-se um aumento na Taxa de Homicídios entre as pessoas negras, o valor passa de 21,08 no ano inicial da série analisada para 26,54 no último ano (Gráfico 5). Comparando com a taxa entre pessoas não negras, em 2022 a diferença foi de 14,11 pontos, isto é, a taxa de homicídios de negros é duas vezes maior que a de não negros (Gráfico 6).

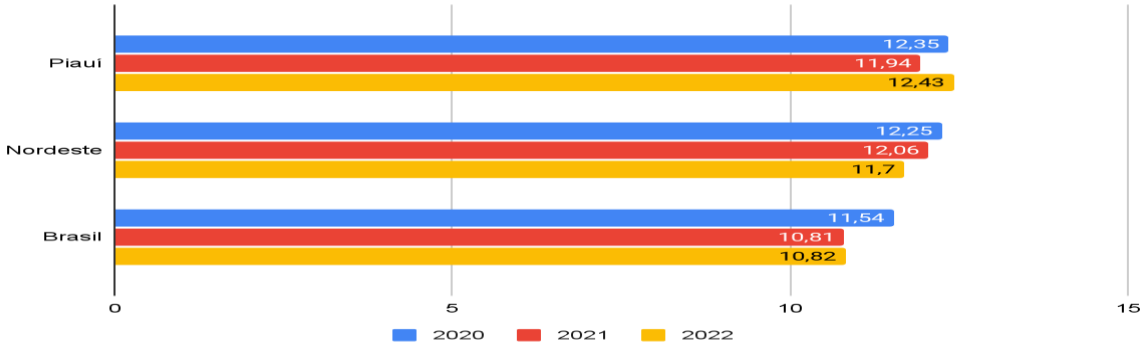
Gráfico 5- Taxa de homicídios negros - Piauí, Nordeste e Brasil (2020-2022)



Fonte: Cerqueira; Buena,2024. Atlas da Violência 2024. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024).

No que se refere à Região Nordeste, embora a dinâmica seja contrária à do Piauí, apresentando uma diminuição das taxas nos anos analisados, a disparidade entre negros e não negros ainda é gritante. Entre 2020 e 2022, a taxa da população negra diminuiu de 47,1 para 42,34; no entanto, levando em consideração o último ano da série, a taxa entre negros foi quase quatro vezes maior que a registrada entre não negros (11,7). Já no Brasil, a taxa entre indivíduos negros diminuiu, passando de 32,21 para 29,67, mas o valor ainda corresponde a 18,85 pontos a mais que os registros entre o grupo de não negro (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 6- Taxa de homicídios não negros - Piauí, Nordeste e Brasil (2020-2022)



Fonte: Cerqueira; Buena,2024. Atlas da Violência 2024. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024).

3.5 Representação Política

No que se refere à representação política, o número de candidatos nas eleições de 2020 foi, em sua maioria, composto por homens que pertencem à população negra, incluindo as seguintes candidaturas: prefeito, vice-prefeito e vereador. É importante ressaltar o aspecto da desigualdade de gênero, já que entre as mulheres, o maior número de candidaturas também é da população negra; no entanto, quantitativamente, representa menos da metade das candidaturas masculinas. De modo geral, para ambos os sexos, a população indígena foi a que apresentou o menor número de candidatos (Tabela 4).

Tabela 4- Número de candidatos às eleições de 2020 por sexo, cor ou raça no Piauí

Sexo	Amarela	Branca	Indígena	Não Informado	Parda	Preta	Total Geral
Feminino	**24**	**905**	**3**	**53**	**2.203**	**360**	**3.548**
Prefeito	4	45	-	-	46	1	96
Vereador	19	805	3	50	2.098	349	3.324
Vice-prefeito	1	55	-	3	59	10	128
Masculino	**35**	**1.663**	**4**	**121**	**4.551**	**748**	**7.122**
Prefeito	1	169	1	6	311	30	518
Vereador	32	1.339	3	111	3.943	688	6.116
Vice-prefeito	2	155	-	4	297	30	488
Total Geral	**59**	**2.568**	**7**	**174**	**6.754**	**1.108**	**10.670**

Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024). **Nota**: Nos candidatos eleitos estão incluídas as eleições ordinárias e suplementares.

Ademais, observou-se que entre os eleitos, considerando o mesmo pleito em 2020, assim como nas candidaturas o maior número concentra-se entre homens pardos, e o menor entre indígenas, com apenas um vereador. Comparativamente entre as mulheres, o maior número de eleitas foram as pardas, no entanto o número chega a ser 4 vezes menor que o de homens eleitos da mesma cor ou raça (Tabela 5).

Tabela 5-Número de eleitos nas eleições de 2020 por sexo, cor ou raça no Piauí

Sexo	Amarela	Branca	Indígena	Não Informado	Parda	Preta	Total
Feminino	**5**	**168**	-	**7**	**307**	**20**	**507**
Prefeito	1	17	-		11		29
Vereador	4	126	-	5	275	20	430
Vice-prefeito		25	-	2	21		48
Masculino	**14**	**589**	**1**	**30**	**1.318**	**135**	**2.087**
Prefeito	1	72	-	2	114	7	196
Vereador	12	455	1	27	1.094	125	1.714
Vice-prefeito	1	62	-	1	110	3	177
Total Geral	**19**	**757**	**1**	**37**	**1.625**	**155**	**2.594**

Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024). Nota: Nos candidatos eleitos estão incluídas as eleições ordinárias e suplementares.

Embora o número de pessoas eleitas seja maior entre a população negra, é fundamental analisar a proporção de candidatos em relação ao total de eleitos, dividida por raça. As candidaturas de pessoas pardas ou pretas representaram 73,69% do total, enquanto as candidaturas de pessoas brancas foram 24,1%. Ao observar os eleitos, apenas 22,64% dos candidatos da população negra foram eleitos, enquanto 29,5% dos candidatos brancos conseguiram ser eleitos.

Nas Eleições de 2022, referente às candidaturas piauienses para Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Vice-governador e Senador, o maior número é entre pessoas pardas, seguido de pessoas brancas e pretas, os menores números são entre indígenas com 2 candidatos e de cor ou raça amarela com somente 1.

Tabela 6-Número de candidatos às eleições de 2022 por sexo, cor ou raça no Piauí

Sexo	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total Geral
Feminino	**1**	**53**	**1**	**70**	**26**	**151**
Deputado Estadual	-	21	-	31	14	66
Deputado Federal	1	26	1	36	10	74
Governador	-	1	-	3	-	4
Senador	-	1	-	-	-	1
Vice-governador	-	4	-	-	2	6
Masculino	-	**94**	**1**	**128**	**43**	**266**
Deputado Estadual	-	55	-	69	20	144
Deputado Federal	-	30	-	54	19	103
Governador	-	4	-	-	1	5
Senador	-	3	1	-	3	7
Vice-governador	-	2	-	5	-	7
Total Geral	**1**	**147**	**2**	**198**	**69**	**417**

Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024). Nota: Os candidatos eleitos estão incluídos nas eleições ordinárias e suplementares.

Em 2022, o número de candidatos eleitos foi igual entre pessoas de cor ou raça parda e pessoas brancas, considerando tanto homens quanto mulheres. No entanto, é importante analisar a proporção entre candidatos e eleitos para as populações negra e não negra. Nesse contexto, 64% dos candidatos eram da população negra (pretos ou pardos) e 35,25% eram da população branca. Quanto aos eleitos, 13,6% das candidaturas de pessoas brancas resultaram em eleições, enquanto apenas 8,24% das candidaturas de pessoas pretas ou pardas foram eleitas.

Tabela 7- Número de eleitos nas eleições de 2022 por sexo, cor ou raça no Piauí

Sexo	Branca	Indígena	Parda	Preta	Total
Feminino	**3**	-	**2**	-	**5**
Deputado Estadual	2	-	2	-	4
Deputado Federal	1	-	-	-	1
Masculino	**17**	**1**	**18**	**2**	**38**
Deputado Estadual	9	-	16	1	26
Deputado Federal	6	-	2	1	9
Governador	1	-	-	-	1
Senador		1	-	-	1
Vice-governador	1	-	-	-	1
Total Geral	**20**	**1**	**20**	**2**	**43**

Fonte: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração: Superintendência CEPRO/SEPLAN-PI (2024). Nota: Os candidatos eleitos estão incluídos nas eleições ordinárias e suplementares.

4 PONDERAÇÕES

A desigualdade é evidente na representação da população, tanto no Brasil quanto no Nordeste e no Piauí, onde a maioria se autodeclara preta ou parda. No entanto, ao analisarmos os indicadores, encontramos uma desigualdade socioeconômica significativa entre a população negra e a não negra.

A análise dos indicadores de analfabetismo, anos de estudo, proporção de jovens que não estudam nem trabalham e acesso ao Ensino Superior revela uma grande desigualdade no Piauí. A taxa de analfabetismo entre a população preta e parda é de 13,8%, enquanto entre a população branca é de 11,1%. Isso indica barreiras iniciais no acesso à educação. Embora ambos os grupos tenham aumentado seus anos de escolaridade, a população negra ainda tem, em média, menos tempo na escola. Em 2023, a média de anos de estudo para a população preta e parda no Piauí foi de 8,7 anos, ainda inferior à média da população branca.

Essa desigualdade no acesso à educação impacta diretamente a situação de jovens que não estudam nem trabalham. No Piauí, 27,5% dos jovens estão nessa condição, e a maioria pertence à população preta e parda. A combinação de um histórico educacional mais frágil e a falta de

oportunidades profissionais reforça esse ciclo de exclusão. No final da trajetória educacional, o acesso ao Ensino Superior também apresenta desigualdade: apenas 14,1% da população preta e parda no Piauí completou o Ensino Superior, enquanto essa proporção é maior entre a população branca. Esses dados demonstram como os desafios enfrentados pela população negra na educação básica e no mercado de trabalho limitam o acesso a oportunidades de qualificação superior e, consequentemente, à mobilidade social.

O presente boletim revela disparidades marcantes entre rendimento e participação no mercado de trabalho por cor ou raça. A população branca apresenta um nível de remuneração significativamente elevado que a população negra, que inclui pretos e pardos. No Brasil, essa diferença salarial é consistente, e no Nordeste e no Piauí, a situação é intrigante: apesar de a população negra representar a maior parte do mercado de trabalho, seus rendimentos continuam muito inferiores aos da população branca. Em 2021, a população negra representava 77% do mercado de trabalho no Piauí e 73% no Nordeste, mas a disparidade salarial persiste, evidenciando uma desigualdade econômica significativa.

A análise da participação no mercado de trabalho confirma que a população negra é predominante no Nordeste e no Piauí. Mesmo com essa alta participação, os rendimentos da população negra são consideravelmente menores em comparação com os da população branca. Em 2021, os rendimentos médios da população negra no Piauí foram muito inferiores aos da população branca, demonstrando uma persistente desigualdade salarial. No Nordeste, embora a população negra ocupe uma alta proporção de empregos, a diferença salarial continua sendo uma questão relevante, destacando a necessidade urgente de políticas que abordem essas disparidades econômicas e promovam maior equidade no mercado de trabalho.

Dados do IPEA mostram que a população negra é a mais afetada pelos homicídios em todos os níveis territoriais considerados. Apesar de ser a

maioria da população, ela se apresenta mais vulnerável à violência, especialmente em relação aos homicídios. Embora as taxas de homicídio estejam diminuindo no Nordeste e no Brasil, ainda são muito superiores às registradas para a população não negra.

Por fim, em relação à representação política, a população branca tem maior facilidade em converter candidaturas em eleições. Isso significa que a população negra enfrenta mais dificuldades para eleger seus representantes.

A análise dos dados do IBGE e do IPEA, conforme mencionado, evidencia as desigualdades socioeconômicas entre as populações autodeclaradas pretas e pardas em comparação com a população branca. A classificação racial adotada pelo IBGE, que considera a autodeclaração, permite uma compreensão pragmática das disparidades sociais. Os dados mostram que, apesar de a população negra ser a maioria em várias regiões, como no Piauí, as taxas de analfabetismo e os rendimentos são significativamente menores em comparação com a população branca. Essa situação é exacerbada pelo racismo estrutural, que se manifesta na negação das desigualdades e na perpetuação de estigmas associados à identidade negra, dificultando o acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Assim, a luta pela equidade racial não é apenas uma questão de justiça social, mas também um imperativo para o desenvolvimento sustentável no Brasil (Munanga, 1999; 2004). Por isso, o ODS 18 é uma importante iniciativa do Governo Federal com vistas à diminuição das desigualdades raciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home?session=8175718216552 . Acesso em: 24 de jul. 2024.

BRASIL. **Metas consolidadas (preliminar) câmara temática para o ODS 18 sobre igualdade étnico-racial na agenda 2030**. Ministério da Igualdade Racial, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/ods18/metas-preliminares. Acesso em: 10 ago. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031. Acesso em 15 de ago. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2023**. Brasília: IBGE, 2023.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

MOURA, Bruno. **Maior presença de negros no país reflete reconhecimento racial**. Brasília: Agência Brasil, 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-12/maior-presenca-de-negros-no-pais-reflete-reconhecimento-racial#:~:text=As%20classifica%C3%A7%C3%B5es%20do%20instituto%20s%C3%A3o,de%20pessoas%20pretas%20e%20pardas. Acesso em: 9 set. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 51–66, jan. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/MnRkNKRH7Vb8HKWTVtNBFDp/#. Acesso em: 4 set. 2024.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 57–60, jan. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/CQmMqSJDwGS3vnSRPVZG66H#. Acesso em: 4 set. 2024.

ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**, 2020. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 20 jul. 2024.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. Brasília: Ipea, 2003. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2958?locale=pt_BR. Acesso em: 18 ago. 2024.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A Desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas**. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10623/1/td_2657.pdf. Acesso em: 9 set. 2024.

PANTA, Mariana; SILVA, Maria Nilza da. Os impactos do racismo na trajetória de estudantes do ensino médio: experiências e percepções de negros e brancos. **Sociologias**. Porto Alegre, volume 26, 2024, e-soc130382, p. 1-31. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/Gbmtqq3YrxkZpFvjVrv4zXB/?format=pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.